

ATA DA 169ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e nove de abril de dois mil e vinte e cinco, realizou-se a 169ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saneamento - COMUSA, através de videoconferência.

Conselheiros presentes: Claudius Vinícius Leite Pereira (URBEL), Aurora Pederzoli (SLU), Alex Moura de Souza Aguiar (SENGE-MG), Rosemary Fernandes da Silva (Associação de Moradores do Bairro Buritis), Núbia Aparecida Noli (COPASA), Regina Andréa Martins (CAU-MG) e Cláudio Jorge Cançado (FJP).

Suplentes presentes: Ricardo de Miranda Aroeira (SMOBI), Isaac Henrique de Medeiros (SMPU), Dulce Maria Magalhães Pereira (SINARQ-MG), Matheus Dias Alves (Instituto Guaicuy), Marcos Tadeu Righi Rodrigues de Souza (AMALUX), Susie Rosendo (CMSBH) e Célia de Fátima Machado (FJP).

Ausências justificadas: Leandro César Pereira (SMOBI).

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo de Miranda Aroeira, registrando quórum, iniciou a reunião informando o ponto de pauta: apresentação pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil do Município de Belo Horizonte - SUPDEC, do Balanço das Ações da Defesa Civil Municipal no período chuvoso 2024/2025.

Em seguida, o Conselheiro colocou em votação a aprovação da ata da 166ª Reunião Ordinária, sendo aprovada por unanimidade.

A palavra foi repassada ao Diretor Operacional da SUPDEC, Elcione Menezes Alves, que procedeu à sua apresentação.

O palestrante, agradecendo a oportunidade, iniciou sua apresentação, mostrando as referências utilizadas pela Defesa Civil, tais como a UNDRR - Normativa da ONU para redução do risco de desastres, o Marco de Hyogo e o Marco de Sendai. Internamente, a regulamentação vem da Lei Nacional 12.608/12, que define as ações da Defesa Civil. Ressaltou o conceito de proteção e defesa civil apresentado no Art. 1º da Lei 12.608/12, "X - proteção e defesa civil: conjunto de ações de prevenção, de preparação, de resposta e de recuperação destinado a evitar ou a reduzir os riscos de acidentes ou desastres, a minimizar seus impactos socioeconômicos e ambientais e a restabelecer a normalidade social, incluída a geração de conhecimentos sobre acidentes ou desastres". Enfatizou que a Defesa Civil não é um órgão ou uma pessoa, mas um sistema do qual todos fazem parte. Lembrou, ainda, que os riscos estão presentes em todas as atividades humanas e que a resiliência a desastres em áreas urbanas está associada à capacidade das cidades resistirem a choques ou impactos negativos resultantes da ocorrência de eventos extremos e à sua capacidade de se recuperar o mais rápido possível (ABNT, 2021c). Ou seja, cidade resiliente é aquela que tem maior capacidade de absorver os desastres e retornar à sua normalidade o mais rápido possível.

O palestrante apresentou, então, o cenário atual, caracterizado por emergências climáticas que potencializam eventos extremos, aumentando o risco de desastres e demandando maior preparo. Assim, as estratégias para as ações preventivas incluem o uso de ferramentas tecnológicas, garantindo uma antecipação ao evento. Na prática, o meteorologista capta as informações do radar e do satélite e traça um perfil para a chuva. A Prefeitura de Belo Horizonte tem um contrato com a empresa GeoClima que utiliza o banco de dados e a rede de pluviômetros da cidade, para ajudar a traçar um panorama do que deve ser divulgado pela Subsecretaria de Proteção e Defesa Civil para a população. O palestrante lembrou, ainda, que o foco do monitoramento é antecipar a ação do Município e a emissão de alertas para o cidadão, para que ele tenha ciência do risco que está correndo e possa procurar um local seguro. Através do monitoramento dos pluviômetros e do comportamento das nuvens no radar, os meteorologistas da Defesa Civil emitem os alertas para a população e iniciam o acompanhamento das vias já cadastradas como alto risco de alagamento. De acordo com a evolução da chuva, poderá ser feito o bloqueio da via para evitar que pessoas sejam atingidas pela inundação. Os alertas de chuvas, de inundação ou geológico, são emitidos internamente, para os órgãos municipais afins à problemática e também para a população em geral, através de todas as redes sociais e por SMS. Para as áreas de risco geológico, um servidor da Defesa Civil vai pessoalmente ao local, emite alertas sonoros e avisa a população para se atentar aos sinais de risco e, caso necessário, procurar um local seguro e/ou acionar a Defesa Civil ou Urbel.

Para contribuir com o sistema de Defesa Civil, foi criado o GGRD - Grupo de Gestão de Risco e Desastre, do qual fazem parte representantes da Administração Municipal, Estadual, sociedade civil e Concessionárias. Este grupo, com poder de decisão, contribui para a mitigação do risco até que a solução seja providenciada. Através do Decreto 18.811/2024, que constituiu o Grupo Gestor de Riscos, Desastres e Eventos Climáticos Extremos - GGRDECE, o foco do grupo deixou de ser apenas as chuvas e foi expandido para os eventos extremos como seca, incêndios florestais e emergências climáticas em geral, que possam afetar a cidade. Mas, o grande sucesso é a gestão pelo objetivo e com o envolvimento de todos, para mitigar o risco.

O palestrante abordou o Plano de Contingências, seus vários protocolos específicos e a atuação de todos os órgãos envolvidos no atendimento. Informou, ainda, que o monitoramento é feito pela SUPDEC, compartilhado com o Centro de Operações da Prefeitura de Belo Horizonte - COP-BH e com os outros órgãos da Administração Municipal, inclusive com o nível estratégico. Outra importante ação da Defesa Civil é o envolvimento da comunidade da área de risco na solução do problema, através dos 48 Núcleos de Alerta de Chuvas - NAC. A Urbel estabelece uma interface com a comunidade, capacita e seleciona os representantes, ouve as demandas e faz o repasse para a SUPDEC. Atualmente, os NAC contam com 435 voluntários. Além disso, existem 54 Núcleos de Defesa Civil - NUDEC, que são formados por 282 voluntários moradores das Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS que atuam no contexto do Programa Estrutural em Áreas de Risco - PEAR, identificando o risco e orientando as pessoas sobre a prevenção. No mês de setembro, os voluntários dos NAC e NUDEC são treinados na Academia de Bombeiros, aprendendo técnicas de primeiros socorros e formas de ajudar a comunidade sem correr risco.

Outra forma de mitigação do risco e que recebe investimento da Prefeitura são as obras de contenção de cheias, que ajudam na mitigação do risco em várias regiões do município. O palestrante citou como exemplo a bacia de retenção do córrego Ferrugem, que está sendo executada e que contribuirá para mitigar os riscos de inundação na Avenida Teresa Cristina.

Outra ação importante é a parceria com a academia e com a sociedade civil, a exemplo do CREA-MG, que faz avaliações voluntárias de alguns locais e capacita os servidores. Outro parceiro que tem sido muito importante na captação e distribuição de ajudas humanitárias é a Cruz Vermelha.

O palestrante apresentou, ainda, as atuações do Sistema de Defesa Civil no período chuvoso 2024/2025, que compreende o período de 01 de outubro de 2024 a 31 de março de 2025. Foram 4.076 acionamentos por telefone, e-mail ou BH Digital, gerando 4.818 relatórios. Relatou que existe um passivo de 986 acionamentos que não foram avaliados porque o cidadão não foi localizado, permanecendo os chamados em aberto, até que sejam realizadas várias tentativas de contato com o cidadão. As regionais que mais demandaram intervenções foram Norte e Nordeste. Além disso, foram realizadas 2.374 assistências humanitárias, fornecendo 218 cestas básicas, 554 colchões, 513 cobertores, 510 lençóis, 422 metros de lona para mitigar o risco de deslizamentos de encostas e 157 telhas para recomposição de cobertura de moradias. O órgão mais acionado foi a Urbel, porque a maior demanda foi em área de ZEIS e foram emitidos, ao todo, 163 alertas diversos, dentre eles de baixa umidade, ondas de calor, chuva, granizo e risco geológico. Os acumulados de chuvas variaram. Nos meses de dezembro e janeiro choveu acima da média e em fevereiro e março os registros ficaram abaixo da média e a surpresa correspondeu ao mês de abril que registrou chuva muito acima da média esperada.

O palestrante comentou, ainda, sobre as ações de monitoramento visual. Quando um meteorologista percebe uma possibilidade de precipitação que possa gerar algum impacto em alguma região, um servidor é deslocado para monitorar o curso d'água nas regiões já mapeadas como altos riscos de alagamento e, dependendo da evolução do evento chuvoso, as vias são bloqueadas. No último período chuvoso foram necessários 31 bloqueios em vias do município, tirando o máximo de pessoas de circulação do local.

Finalizando, o palestrante enfatizou um alerta da Terceira Conferência Mundial da ONU registrado no Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030, que diz: "É necessário que os setores público e privado e organizações da sociedade civil, bem como academia e instituições científicas e de pesquisa, trabalhem em conjunto e criem oportunidades de colaboração, e que as empresas integrem o risco de desastres em suas práticas de gestão."

Encerrada a apresentação, a palavra foi franqueada aos presentes na reunião.

O conselheiro e secretário executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, ressaltou a importância do trabalho desenvolvido pela Defesa Civil, pelo coletivo da Administração Municipal e sua interação com órgãos de outras esferas de Governo e com a sociedade civil.

O conselheiro e representante do SENGE-MG, Alex Aguiar, citando o Protocolo de Atuação Integrada em Eventos de Chuva, questionou sobre a imunização da população afetada pelos alagamentos, visto parte dos problemas pós-evento terem origem no extravasamento de esgoto sanitário.

O palestrante informou que esse procedimento pós-desastre é adotado quando necessário, com apoio da rede pública de saúde da região afetada, sendo encaminhados para vacinação tanto o morador, quanto o servidor público que atuou no atendimento ao desastre, em casos pontuais.

A conselheira e representante do CAU-MG, Regina Martins, perguntou se o cidadão civil pode participar, de alguma forma, das ações da Defesa Civil.

Em resposta, o palestrante informou que existe uma parceria com as instituições de ensino, para estágio e também existe um Plano de Cooperação com o CREA-MG, que será estendido ao CAU-MG, em que são estabelecidas parcerias com profissionais, sem repasse financeiro. Mas a ajuda isolada de um cidadão ainda não é possível.

O Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, Ricardo Aroeira, ressaltou que a apresentação representa todas as discussões feitas no Conselho sobre a Política de Gestão de Risco de Inundações. Lembrou que as inundações são fenômenos naturais e que apenas a execução de obras estruturantes não é suficiente para tornar a gestão de riscos de inundações efetiva. Enfatizou a existência de um sistema de defesa civil, que envolve órgãos do governo municipal, estadual e federal, além da sociedade civil, que permanece em alerta para evitar os desastres. Ressaltou a importância do investimento em planejamento, que permitiu que o Município de Belo Horizonte construísse uma capacidade de prevenção e resposta exemplares, bem como em obras estruturantes e manutenção que garantem a capacidade de resposta e a vida útil esperada para as intervenções executadas.

Nada mais havendo a discutir, a reunião foi encerrada.

Nada mais tendo a relatar, eu, Ricardo de Miranda Aroeira, Conselheiro e Secretário Executivo do COMUSA, lavrei a presente ata.